

TRF1 confirma sentença da 1ª Vara de Ilhéus que não reintegrou servidor público que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária

A 1ª Turma do TRF 1ª Região, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos da parte autora de reintegração ao cargo público que ocupava na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceploc) do qual foi desligado ante a adesão a Plano de Demissão Voluntária (PDV), e de recebimento de danos materiais e morais, mantendo a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Ilhéus (BA).

Em suas razões, o autor alegou que a União, ao não cumprir as promessas efetuadas à época, terminou por viciar o contrato de adesão celebrado com o recorrente e todos os outros servidores que a ele aderiram. Sustentou ainda que o Governo Federal veiculou propagandas enganosas e que o temor da demissão e da redução de salário exerceu pressão psicológica que culminou na adesão ao PDV, causando-lhe imensos prejuízos.

Ao analisar o caso, o relator, Juiz Federal convocado Wagner Mota Alves, destacou que tudo “leva a crer” que o apelante, ao aderir ao plano de demis-

Últimos dias para envio de propostas à II Jornada de Direito Processual Civil

O prazo para enviar as proposições de enunciados para a II Jornada de Direito Processual Civil termina na próxima semana. Os interessados podem encaminhar até três propostas até o dia 20 de julho, sexta-feira, por meio do preenchimento de formulário.

Enunciados que possuam coautoria ou autoria de pessoa jurídica não serão admitidos bem como aqueles sobre projeto de lei ou matéria de competência específica das Jornadas de Direito Comercial e Civil. As demais regras estão disponíveis no Regimento.

Promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), a jornada ocorrerá nos dias 13 e 14 de setembro, no auditório do CJF, em Brasília/DF, e reunirá ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores, advogados, professores e especialistas convidados.

Saiba mais acessando o site do CJF.

Fonte: CJF

são voluntária o fez exclusivamente por entender que essa era, à época, a opção que mais lhe favorecia economicamente, e que não há prova de irregularidade da adesão, vício de consentimento ou de qualquer ato ilícito, nulo ou lesivo praticado pela Administração.

Segundo o magistrado, os argumentos trazidos pelo autor, principalmente em relação aos prejuízos sofridos, inclusive financeiros, não são suficientes para ensejar a anulação do ato e que a jurisprudência do TRF1 é pacífica no sentido que a reintegração do servidor público ao cargo que anteriormente ocupava somente é possível se reconhecida, administrativa ou judicialmente, a ilegalidade do ato

que lhe deu origem, mediante a prova do vício de consentimento no ato de adesão ao PDV.

Quanto aos danos materiais e morais requeridos, o relator destacou que, conforme bem consignado na sentença recorrida, não subsistem “ante a ausência de supedâneo legal para anulação do ato vergastado, de ver-se, pois que a adesão ao PDV se deu espontaneamente e reveste-se de legitimidade e legalidade, tendo sido o aderente ressarcido na forma da lei de regência, nada sobeja perceber”.

A decisão foi unânime.

Fonte: TRF1

CIPE-BA realiza segunda reunião do ano



A segunda reunião para análise da estratégia de 2018, do Comitê Institucional de Planejamento – CIPE, foi realizada na última quinta-feira (12), no auditório Ministro Dias Trindade desta Seccional.

O Comitê, que agora conta com novos integrantes (já que é composto pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Augusto Acioly Cunha Barros, que o preside, e diretores de Núcleos), analisou o Balanço do cumprimento de metas do CNJ e CJF no primeiro semestre de 2018, na Seção Judiciária da Bahia, e que faz parte do calendário de Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o ciclo 2015-2020. No planejamento estratégico da Justiça Federal são apresentados o mapa estratégico, os macrodesafios, a missão, a visão de futuro, os valores e os cenários, assim como os objetivos, os indicadores, as metas e as iniciativas.

Durante a reunião foi apresentado pela supervisora da SEMAD, Cláudia Daniel, o andamento da Carteira de Iniciativas Estratégicas, tais como a assinatura de convênios com concessionárias de serviços públicos para fornecimento de dados cadastrais a serem utilizados para dar agilidade ao andamento dos processos nas Varas; elaboração de plano de integração e padronização das rotinas entre as varas e a CEMAN; modernização e aprimoramento dos procedimentos de gestão documental; implantação do banco de Multiplicadores; ações de sustentabilidade na Seccional, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led nas áreas internas, entre outros.

Foi apresentada, ainda, a implantação da pasta do COGECON com materiais diversos sobre planejamento estratégico, mapeamento de processos, banco de boas práticas, tutoriais e os vídeos de Storytelling com os relatos e o legado da vida funcional de servidores que estão deixando a Seção Judiciária da Bahia por conta da aposentadoria, e que está disponível para acesso dos magistrados e servidores em todos os computadores no local: Rede > SRVARQ1-BA > Cogecon

Ao final da reunião, foi ressaltada a importância de se implementar ações de sustentabilidade, principalmente em razão da grave situação decorrente do corte no orçamento do Judiciário, o que impõe uma nova cultura que traga a economia dos recursos disponíveis.

TUDO COMEÇA COM UMA IDEIA!



TRAGA SUA IDEIA PARA A SEMAD
(R. 9198, E-MAIL SEMAD.BA@TRF1.JUS.BR).
ELA PODE FAZER DIFERENÇA!

“Planejamento Estratégico - Juntos por uma Justiça Federal melhor - Você é parte!”

Aviso - A SEPAT informa que está aberto o período de solicitação de bens permanentes de 2018. Os pedidos devem ser justificados e encaminhados à SEPAT, via e-mail ou ofício, até o dia 31/07. As unidades podem relacionar móveis, equipamentos eletrônicos e de informática. Como pretende-se agilizar o processo de compra, é necessário que as solicitações sejam enviadas o mais breve possível.

Aniversariantes - Hoje: Adriana Lucia Prazeres de Azevedo (NUCOD), Francisco Lima Lopes de Sá (Juazeiro), Márcia Souza Rocha (Turma Recursal), Nilsadete Santos Nunes (20ª Vara), Heloisa Pancieri Stoco (Eunápolis) e Rogério de Santana Costa (VIPAC). **Amanhã:** Daniela Dias Soares Malta (Itabuna), Rosana Maria Andrade Machado (19ª Vara), Valter de Freitas Gomes (20ª Vara) e Eliene Almeida Andrade (CS Gestão & Serviço). **Parabéns!**